COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.733, DE 1996

Dá nova redação ao artigo 392 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Autora: Deputada FÁTIMA PELAES

Relatora: Deputada VANESSA GRAZZIOTIN

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.733, de 1996, de autoria da Nobre Deputada Fátima Pelaes, visa dar nova redação ao art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de dispor sobre a licença-maternidade, incluindo a adotante ou a detentora de guarda de criança menores de 1 ano de idade como beneficiária do afastamento do trabalho, sem prejuízo do emprego e do salário.

Determina também o projeto que o empregado, ao obstar o pleno gozo da licença-maternidade, incorrerá em multa de 5 vezes o salário pago por ele à empregada gestante.

À proposição, foram apensados os seguintes projetos:

- PL nº 1.546, de 1999, de autoria do Nobre Deputado Ademir Lucas, que acrescenta dispositivo à CLT, para estender o direito à licença e ao salário-maternidade por motivo de adoção de menor;
- PL nº 1.611, de 1999, de autoria do Nobre Deputado Marcos Rolim, que acrescenta artigo à CLT para

conceder licença remunerada à empregada adotante ou com guarda judicial de menor;

- PL nº 2.394, de 2000, de autoria do Nobre Deputado José Carlos Coutinho, que dispõe sobre os direitos de proteção à licença-maternidade para a mãe adotiva;
- PL nº 2.466, de 2000, de autoria do Nobre Deputado José Carlos Coutinho, que concede licença de 30 dias para empregada adotante de criança de até 2 anos de idade, das empresas públicas e privadas;
- PL nº 3.266, de 2000, de autoria do Nobre Deputado Alberto Fraga, que estabelece as normas para licença maternidade e dá outras providências;
- PL nº 3.392, de 2000, de autoria do Poder Executivo, que estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade, alterando a CLT e a Lei nº 8.213/91;
- PL nº 3.479, de 2000, de autoria do Nobre Deputado Paulo Paim, que acrescenta dispositivo ao Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de conceder à mãe adotante e à detentora de guarda o direito à licença-maternidade;
- PL nº 3.525, de 2000, de autoria do Nobre Deputado Márcio Bittar, que altera o art. 210 da Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;
- PL nº 3.822, de 2000, de autoria do Nobre Deputado José Carlos Coutinho, que dispõe sobre a concessão de licença no caso de adoção;

O projeto principal e os apensados foram analisados pela Comissão de Seguridade Social e Família que, na reunião ordinária do dia 16 de maio de 2001, os aprovou, unanimemente, com substitutivo, nos termos do parecer da Relatora, Deputada Jandira Feghali.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O projeto principal e os apensados tratam de duas figuras jurídicas distintas, mas que estão interligadas como instrumentos de proteção à maternidade e à criança: a licença-maternidade (o ordenamento jurídico trata apenas da licença à gestante) como direito trabalhista e o salário-maternidade como benefício previdenciário. Nesta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público analisaremos as duas, na medida em que uma não subsiste sem a outra.

O projeto principal e os PLs nºs 1.611, de 1999, 2.466, de 2000 e 3.266, de 2000, dispõem apenas sobre a licença-maternidade que garante a falta de prestação de serviços da gestante sem prejuízo do emprego e do salário, estendida também à adotante e à detentora de guarda judicial de criança de até 1 ano de idade.

Os Projetos de Lei nºs 1.546, de 1999, e 3.392, de 2000, são mais completos, pois concedem a contrapartida ao direito à licença-maternidade na forma da garantia ao salário-maternidade custeado pela Previdência Social.

O PL nº 2.394, de 2000, concede apenas o salário-maternidade à adotante. Determina, também, o benefício para a trabalhadora avulsa e a doméstica. Porém essas categorias, de acordo com a lei previdenciária, já usufruem do referido benefício.

O PL nº 3.479, de 2000, determina a concessão da licença-maternidade e do salário-maternidade à adotante e à detentora de guarda judicial, na esfera do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O PL nº 3.525, de 2000, amplia o benefício estabelecido no art. 210 da Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, ao determinar que não somente à servidora, mas também ao servidor que adotar ou obtiver guarda judicial de crianças de qualquer idade, serão concedidos 90 dias de licença-remunerada.

O PL nº 3.822, de 2000, também contempla a servidora pública, estabelecendo que, assim, como a empregada de empresa privada, ela terá direito à licença-maternidade de 90 dias durante o primeiro ano de vida da criança e 60 dias depois de um ano. Na hipótese de falecimento da mãe adotiva, nos primeiros seis meses de vida da criança, o pai adotivo terá direito a 30 dias de licença remunerada.

O substitutivo aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família, de autoria da Relatora, Deputada Jandira Feghali, contempla as várias sugestões apresentadas no Projeto Principal e nos apensados, ao dispor sobre a licença-maternidade com a alteração e o acréscimo de artigos ao capítulo da CLT que trata da proteção à maternidade. Inclui, também, artigo às Leis nºs 8.213/91 e 8.212/91 que tratam dos benefícios e do custeio da Previdência Social, respectivamente.

Ante o exposto, somos pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 1.733, de 1996; 1.546, de 1999; 1.611, de 1999; 2.394, de 2000; 3.266, de 2000; 3.392, de 2000; 3.479, de 2000; na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família, e pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 2.466, de 2000; 3.525, de 2000 e 3.822, de 2000.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputada VANESSA GRAZZIOTIN
Relatora